

# ESCÓLIOS ESPARSOS AO *ESSAI SUR L'ORIGINE DES LANGUES* DE ROUSSEAU

*Luiz Antônio Lindo*

Universidade de São Paulo

**Resumo:** O *Essai sur l'Origine des Langues* integra o conjunto das reflexões de Rousseau destinadas a influenciar a *intelligentsia* moderna, num campo, o da especulação sobre a linguagem, que cada vez mais passou a interessar os que, como ele, se empenhavam em produzir uma reforma do conteúdo dos saberes com vistas a estabelecer os princípios norteadores duma pretendida renovação das artes e das ciências. Os tópicos tratados aqui dizem respeito a temas considerados ao mesmo tempo contemporâneos ao autor e, supõe-se, aos leitores atuais da obra. Para se ter uma ideia mais clara do que se pretende discutir, optou-se por resenhar os pontos do *Essai* que têm relação com os objetivos perseguidos e em seguida passar à discussão propriamente dita.

**Palavras-chave:** Rousseau, ensaio, origens da língua, língua e sociedade.

**Abstract:** The *Essai sur l'Origine des Langues* integrates the set of Rousseau's reflections envisaged to influence the modern *intelligentsia*, in a field, that of the debate on language, which increasingly became attractive to those who, like him, were committed to producing a reform of the content of knowledge with a view to providing the guiding principles for a renewal of the arts and sciences. The topics discussed here concern themes considered at the same time contemporary to the author and, it is assumed, to the current readers of the work. To have a clearer idea of what we intend to discuss, we decided to review the points in the *Essai* that are related to the objectives pursued and then move on to the discussion itself.

**Keywords:** Rousseau, essai, beginnings of language, language and society.

## 1. Resenha à guisa de introdução de alguns tópicos sobre linguagem na obra de Rousseau

Em *Essai sur l'Origine des Langues* (publicado postumamente em 1781) Rousseau expõe a sua concepção sobre a origem das línguas em pormenores suficientes para se compreender o quanto, para ele, a linguagem deve ser interpretada em termos de sua origem, analogamente à sociedade humana. A hipótese subjacente à questão da origem, qual seja a de que tanto a linguagem quanto a sociedade podem ser em parte analisadas como construções

humanas<sup>1</sup>, já fora aventada por Condillac, particularmente no *Essai sur l'Origine des Connaissances Humaines* (1746) e na *Grammaire* do *Cours d'Étude pour l'Instruction du Prince de Parme* (1775)<sup>2</sup>. Rousseau e Condillac devem por sua vez parte de seu entendimento sobre esta matéria a Hobbes e a Locke, particularmente por defenderem, com maiores ou menores divergências, uma concepção sensista da linguagem que os une a todos num campo comum<sup>3</sup>.

Ao mesmo tempo que contém formulações próprias sobre a questão da origem da linguagem, o *Essai* do filósofo romando faz parte dum amplo debate sobre o assunto levado a cabo no século XVIII, no qual a linguagem, no seu caso específico, entra como complemento de sua tese envolvendo os

---

<sup>1</sup> Primeiramente, ressalve-se que Rousseau se abstém de esclarecer como as línguas puderam se estabelecer. Entre a palavra e o pensamento ele entende haver uma relação em que a primeira depende do segundo, de maneira que o pensamento requer a palavra para se desenvolver. "Pois, diz, se os homens sentiram necessidade da palavra para aprenderem a pensar, eles sentiram ainda mais necessidade de saberem pensar para encontrarem a arte da palavra" (*Discours*, p. 146). Por outro lado, ele evita indicar se a linguagem antecedeu ou sucedeu no tempo a sociedade. Assegurando que a linguagem surgiu após o transcorrer dum "espaço imenso que deve ter ocorrido entre o puro estado de natureza e a necessidade das línguas" (*Idem, ibidem*), e supondo que num determinado estágio da evolução humana as línguas fossem então necessárias, ele sugere que o seu surgimento se deu concomitantemente ao da sociedade plena. Entre a sociedade e a linguagem, de qualquer forma, há um vínculo essencial, visto que a palavra é a primeira instituição social, como assegura o *Essai*: "A palavra sendo a primeira instituição social só deve a sua forma a causas naturais" (*Discours*, p. 27). Sendo natural e ao mesmo tempo social (moral), ao vir à luz como a "primeira instituição social", a linguagem dá causa a um ente social, como tal revestido de função social. Nesse papel de instrumento do mundo social ela está apta a dar causa por sua vez a formas de vida características da sociedade humana organizada.

<sup>2</sup> Para Condillac a "art de penser" é correlata à "art de parler": "Se um pensamento, diz ele, não se segue no espírito, ele se segue no discurso, onde é decomposto em tantas partes quantas as ideias que contém. Então, podemos observar o que fazemos ao pensar, podemos nos dar conta disso: podemos, por conseguinte, aprender a conduzir a nossa reflexão. Pensar torna-se, pois, uma arte, e tal arte é a arte de falar" (*Cours, discours préliminaire*, p. 37-38). No *Essai* ele sustenta ser a linguagem o principal instrumento a serviço do homem: "O progresso do espírito humano depende inteiramente da proficiência que demonstramos no uso da linguagem" (I, 36).

<sup>3</sup> No *Leviatã* (cap. IV, "Of Speech") Hobbes sustentara que as palavras só fazem sentido quando associadas a qualidades do sentido ou do sentimento. Essas qualidades são produzidas pelos movimentos dos corpos agindo sobre o nosso corpo, no qual deixam traços, reunidos posteriormente por associações. A memória e a imaginação são geradas por esse movimento. Ao dar nomes às suas imaginações (que "não passam de sentido em decomposição" – cap. II "On Imagination"), os homens empregam os sinais. E quando raciocinam o fazem na forma de cálculo conduzido mediante o seu manejo. Locke, no *Essay Concerning Human Understanding*, depois de procurar refutar a noção de "ideias inatas", afirmando que todos os objetos do pensamento procedem das impressões causadas pelas coisas nos sentidos, sustenta no terceiro livro que as palavras dependem das ideias sensíveis. Pode assim resumir em três as funções das palavras: a comunicação de nossas ideias; a função comunicativa; o conhecimento das coisas que chegam à mente através dos sentidos. A adoção do sensismo por Rousseau, particularmente, não é total. Se ele endossa a ideia de que a palavra responde num primeiro momento às sensações e percepções, por outro lado, ao fazer da vontade um componente ativo da linguagem e do desenvolvimento humano, ele acaba por sustentar uma concepção espiritualista da comunicação verbal humana. *Vide* sobre este ponto DUCHET e LAUNAY, 1967, p. 441.

laços que unem indivíduo e sociedade, tal qual já expusera em outras obras, sobretudo no *Discours sur l'Origine de l'Inégalité*.<sup>4</sup>

No *Essai* Rousseau começa por afirmar que a palavra distingue os homens dos animais, assim como a linguagem distingue as nações entre si. Insistir em que a palavra especificamente e não a racionalidade distingue os homens (em oposição a Aristóteles, que definira o homem “ser racional”) é dizer também que o ato de fala faz surgir a cultura com a qual o mundo humano se faz em contraposição ao mundo natural. O desenvolvimento da linguagem supõe-se assim paralelo e concorrente na instrução e no aprimoramento das faculdades cognitivas humanas, ao agir sobre as formas de vida civil. Nos quadros da antropologia rousseauiana, isso significa entender como a existência humana, a partir duma base pré-racional, pode evoluir para formas racionais a partir do momento em que o homem dispõe da fala como instrumento central no aperfeiçoamento das suas faculdades intelectuais. Tal visão implica dizer que o próprio homem comporta-se como o autor exclusivo das formas sociais sob as quais decide viver. Para o bem ou para o mal, é, porém, sob a batuta de homens peritos no uso do discurso que a sociedade caminha.<sup>5</sup>

Ao tratar da invenção das palavras, no capítulo II, Rousseau diz: “Não se começou raciocinando, mas sentindo” (p. 41). E logo adiante afirma que as línguas têm origem “nas paixões”. A linguagem tem início com a sensação<sup>6</sup>, mas se desenvolve efetivamente quando expressa desejos, o que faz

---

<sup>4</sup> Ao mencionar a posição de Rousseau contida na segunda parte do *Discours*, onde este retoma a questão da origem da linguagem, H. Aarsleff a associa à tese já defendida por Condillac: “... desta vez ele pode fazer uma exposição que segue de perto a de Condillac, já que agora assume uma posição diferente sobre a fase de desenvolvimento alcançada pelo homem: o homem já tem os rudimentos da organização social” (AARSLEFF, “The tradition of Condillac”, 1982, p. 156).

<sup>5</sup> Esse homem, hábil em conceber artifícios retóricos a fim de estabelecer a sua liderança dentro do grupo no qual se viu arremessado pelo destino, é assim descrito por Rousseau: “O primeiro que, tendo cercado um terreno, se prontificou a dizer: *isto é meu*, e encontrou pessoas bastante simples para o crer, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, quantas guerras, quantos homicídios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrastando os piedosos ou preenchendo uma lacuna, tivesse bradado aos seus semelhantes: Não escutem esse impostor. Vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos, e que a terra não é de ninguém” (*Discours*, p. 164). Esse exemplo parece ser o mais dramático dentre os que ilustram o mau uso da linguagem. Para entendê-lo é preciso lembrar ainda que a fala tanto quanto a razão são consideradas “*facultés virtuelles*” (*Ibidem*, p. 208, nota 10) que levam a um possível “progresso”, este determinado em última análise pela cultura, cujo desenvolvimento sujeita-se por sua vez a idiossincrasias e incertezas atuantes sob a abóbada do vasto tempo da história.

<sup>6</sup> Eis aí o ponto que preconiza o sensismo. Condillac, levando adiante o que pensava Locke, via as faculdades intelectuais como resultantes da sensação transformada. Apesar de ter contribuído para a difusão do sensismo no século XVIII, Locke não era propriamente um sensista, porque considerava a reflexão mental sobre as próprias operações uma fonte independente das ideias. Rousseau segue os

primeiramente mediante os gestos, pois que “se fala aos olhos muito melhor do que aos ouvidos” (p. 33). Se não fosse a força que possuem os sons para comover, “bem poderíamos ter falado, e entender-nos-íamos perfeitamente apenas pela linguagem dos gestos” (p. 37). O discurso impõe-se apenas “quando se trata de comover o coração e inflamar as paixões” (p. 35). A linguagem, tão útil para a vida em comum, é dispensável, todavia, para o indivíduo isolado. Não fosse pelo motivo da sociabilidade, poder-se-ia passar sem ela. O homem natural imaginado por Rousseau, absorto na satisfação de suas necessidades e entregue ao desfrute da existência, possivelmente dispensaria a linguagem. Mesmo a sociedade, desde que porventura empenhada antes em levar a simples vida comunitária (isto é, a do tempo das cabanas<sup>7</sup>) do que em operar um sistema de comunicação plenamente funcional, poderia passar sem a linguagem da voz articulada.

Rousseau deixa claro que a origem da linguagem não coincide com o do surgimento do homem. A palavra constitui antes uma invenção tardia na evolução que transformou o homínido, o presumido homem natural<sup>8</sup>, no homem civilizado, que, este sim, faz da facúndia adquirida um instrumento ativo de seu viver. Um aspecto a ser ressaltado é que uma vez criada e espalhada pela comunidade, a linguagem toma um caráter nacional, como se depreende desta frase: “Não se sabe de onde é um homem antes de ter ele falado” (*Essai*, p. 27). Antes, porém, de se tornar essa instituição social a que estamos acostumados, a linguagem dependeu para sua difusão de que o indivíduo, quando diante de outro, estivesse apto a estabelecer com este uma comunicação por meio de sinais sensíveis: “Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo ou a necessidade de lhe comunicar seus sentimentos e seus pensamentos fizeram-no buscar os meios para tanto. Tais meios só podem provir dos sentidos, os únicos instrumentos pelos quais um homem possa agir sobre outro. Aí está, pois, a instituição dos sinais sensíveis para exprimir o pensamento. Os inventores da linguagem não desenvolveram esse raciocínio, mas o instinto sugeriu-lhes a consequência” (*Ibidem*)<sup>9</sup>. A linguagem plena da

---

passos sensistas de Condillac na discussão sobre a origem das línguas, mas enriquece a tese com uma concepção de fundo histórico apoiada na noção de perfectibilidade.

<sup>7</sup> “Esses tempos de barbaria foram o século de ouro” (*Essai*, p. 95).

<sup>8</sup> Sobre as origens obscuras do primeiro homem, tal qual parece concebê-lo Rousseau, vide LOVEJOY, 1923, p. 165-186.

<sup>9</sup> Ou seja, foram capazes de fazê-lo por meio da chamada “linguagem de ação”. A noção de “linguagem de ação” toma forma metódica em Condillac, sendo utilizada por este para se referir à primeira expressão das paixões através de gestos e gritos por um suposto homem primitivo, antes do surgimento do sinal linguístico (*Essai*, II, i, cap. 1). Rousseau dedica ao tema parte do capítulo I do seu *Essai*, o que mostra a relevância da concepção linguística condillaciana para a sua própria.

cultura desenvolvida origina-se pois da simples comunicação por sinais, até se tornar um fato eminentemente social. Não sendo, porém, necessária, salvo por cumprir uma função expressiva<sup>10</sup>, a palavra, ao se fazer o veículo principal da comunicação, está fadada a produzir os mesmos resultados que o amor-próprio produz sobre a vida social. Que resultados seriam esses? O último capítulo do *Essai*, intitulado “Relação entre as línguas e o governo”, o revela. Desde que mudanças na ordem social levaram à situação atual, diz ali o filósofo, “as línguas populares tornaram-se, também para nós, tão perfeitamente inúteis quanto a eloquência” (p. 197). A inutilidade da palavra vai de par com a degeneração da vida social, cuja análise se explicita no ponto culminante daquele capítulo: “As sociedades tomaram a sua última forma: nelas nada mais sofre modificação, a não ser pelo canhão e pela moeda, e como nada se tem a dizer ao povo, a não ser: *dai dinheiro*, diz-se por meio de cartazes nas esquinas ou de soldados nas casas” (p. 197 e 198). Como moeda de troca da comunicação intersubjetiva, diante de tal situação, a palavra mostra-se por fim um instrumento da desigualdade.

Para Rousseau, a palavra paradoxalmente não unir o homem e até, ao contrário, separá-lo de seus semelhantes, não tem em si nada de estranho, como o atesta o estado de coisas universal, onde não só se verifica que cada povo tem a sua língua própria, mas também que em meio ao povo prevalece o desentendimento, transparente nos obstáculos criados à comunicação. À questão: “O que faz ser esta língua a de seu país e não a de um outro?”, cumpre, pois, responder levando em conta a separação entre os povos, responsável por ter cada um a sua língua própria. O particularismo nacional constitui, pois, uma causa para a diversidade linguística, conquanto um outro tipo de diversidade, gerado pelo uso da palavra, qual seja o motivado pelo desentendimento entre os societários, tenha consequências muito mais notáveis para a discussão levada a cabo pelo filósofo em torno da questão da desigualdade.<sup>11</sup>

Se se quiser conhecer efetivamente a linguagem humana, é preciso olhar para os animais, para então perceber como são eficazes as formas de comunicação de que dispõem, embora difiram substancialmente das humanas. A diferença é que entre os homens está presente uma faculdade “perfectível”

---

<sup>10</sup> No capítulo I do *Essai* lê-se: “Isto me faz pensar que se sempre conhecêssemos tão-só necessidades físicas, bem poderíamos jamais ter falado, e entender-nos-íamos perfeitamente apenas pela linguagem dos gestos” (p. 35 e 37).

<sup>11</sup> No último capítulo a barreira criada à comunicação significa o golpe mortal à união humana: “Entre os antigos, podia-se ser ouvido com facilidade na praça pública; falava-se durante um dia inteiro sem grande incômodo. (...) Suponha-se um homem arengando, em francês, o povo de Paris na Praça Vendôme; mesmo que grite com toda a força, não se distinguirá uma única palavra” (p. 199).

que lhes permite empregar na comunicação quaisquer órgãos disponíveis, caso lhes faltassem os que normalmente empregam: "... a arte de comunicar nossas ideias, lê-se no *Essai*, depende menos dos órgãos que nos servem para tal comunicação do que duma faculdade própria do homem, que o faz empregar seus órgãos com esse fim e que, caso lhe faltassem, o faria empregar outros órgãos com o mesmo fim" (p. 37 e 39). E ainda: "Dai ao homem uma organização tão grosseira quanto possais imaginar: indubitavelmente, adquirirá menos ideias, mas, desde que haja entre ele e seus semelhantes algum meio de comunicação pelo qual um possa agir e o outro sentir, acabarão afinal por comunicar todas as ideias que possuem" (p. 39). Para o filósofo, isso mostra que a língua criada pelo homem só pode desenvolver-se, diferentemente da observada entre os animais, como resultado duma convenção.

Fica claro com isso que para existir propriamente, a linguagem depende duma aptidão física, mas também duma aptidão espiritual, a qual é apanágio humano. Não é, pois, sobre o corpo propriamente que se funda "a primeira instituição social". Na sua condição de forma social importa menos que a palavra seja um órgão corpóreo. A partir do momento em que a sua implantação a faz concomitante à existência da sociedade, o que esta faz com ela, o emprego que lhe dá, conta mais por que explica a sua função de comunicar sentimentos e pensamentos. Como já anunciara, Rousseau liga àqueles a origem, e a estes a evolução da palavra. Dizer que a evolução da palavra – de que resultou em última análise a criação dum sistema de sinais sensíveis empregado na comunicação – veio primeiramente para expressar desejos equivale a dizer que por seu intermédio foram dadas as condições para fazer prevalecer o direcionamento que levou ao triunfo do amor-próprio e a consequente fixação de determinadas formas de relações interpessoais. Como mostra o estado de coisas que veio a prevalecer, o desejo, antes que anulado, submete-se a um planejamento racional alimentado por pensamentos concebidos para exercer algum controle sobre o comportamento humano. Assim, a fonte passional donde brotou a linguagem foi condicionada a servir determinados objetivos traçados para estabelecer um certo sistema de vida, explicitado por sua vez em formas sociais específicas. Não se pode absolutamente atribuir a estrutura que daí emerge à graça de algum agente externo à sociedade. Na verdade, a linguagem que aí está e que ajuda a construir tal estrutura de poder instaura-se como produção exclusivamente humana, e isto desde o momento em que, ultrapassando a condição de mero sinal sensível (p. 27), a palavra foi empregada para cumprir função social e cristalizar-se numa *práxis*. A própria vida do homem em sociedade fez-se assim em parte um produto da prática linguageira, daquilo que o societário faz com a linguagem, e tão mais perfeitamente será assim feito quanto mais puder-se

contar com ela para se levar uma existência gregária. Subentende-se nesse caso, nos agrupamentos humanos submetidos à complexificação de sua organização, estar em desenvolvimento um mecanismo de codificação que torne possível a operação mais plena das regras niveladoras da comunicação social. Um tal nivelamento efetuado em parte pela linguagem não implica igualdade, apenas pressupõe laços aglutinadores do grupo em seu caminhar evolucionário rumo a uma ordem social estável. Pode-se então dizer a esse propósito que os instituidores e operadores da linguagem puseram em marcha a sua ação institucional aglutinadora, segundo Rousseau com vistas a satisfazer interesses particulares.

Ainda sobre outros pontos concernentes à origem passional da linguagem, no capítulo II do *Essai*, ali onde se diz que a palavra procede das paixões e onde se lê que “... as necessidades ditaram os primeiros gestos, e que as paixões arrancaram as primeiras vozes” (p. 41), Rousseau adiciona ao argumento da origem das línguas a sua tese sobre a primeira forma de existência da espécie humana. Mais especificamente, opondo-se à concepção hobbesiana segundo a qual a sociedade nascera do pacto, por compreenderem os homens a necessidade de escapar dum estado de natureza que punha em risco a sua sobrevivência, considerando o estado de beligerância generalizada, ele defende que a satisfação das necessidades teria levado os indivíduos a se separarem, não a se unirem: “Daí apenas se segue com evidência que a origem das línguas não se deveu às primeiras necessidades dos homens; seria absurdo que da causa que os separa resultasse o meio que os une. Onde, pois, estará essa origem? Nas necessidades morais, nas paixões” (p. 43). É por contribuírem para aproximar os homens que as manifestações passionais seriam o principal fator a contar na criação da linguagem: “Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera” que arrancaram do homem as primeiras vozes. A palavra surge para “emocionar um jovem coração, para repelir um agressor injusto”, situações essas que obrigam a emitir “sinais, gritos e queixumes”. São estas “as mais antigas palavras inventadas” (*Ibidem*). Embora essas ideias deem a impressão de serem inovadoras, a olhos menos ingênuos elas parecem na verdade ser dirigidas contra outras já conhecidas. Subentende-se que é contra Condillac, especificamente, que se nega a necessidade<sup>12</sup> e se afirma a passionalidade na criação das línguas. Por outro lado, o que diz o filósofo a esse propósito é condizente com a tese viquiana<sup>13</sup> de que a primeira

---

<sup>12</sup> Para Condillac, “são as necessidades que fornecerão aos homens as primeiras ocasiões de assinalar o que se passou em si mesmos, e de expressá-lo por ações, seguidas de nomes” (*Essai*, II, i, x, § 103).

<sup>13</sup> Eis o trecho célebre da *Scienza Nuova* onde Vico se refere à instauração do conhecer poético: “Os homens primeiro sentem sem perceber; em seguida, percebem com ânimo perturbado e comovido, finalmente refletem com mente pura. Este axioma é o princípio das sentenças poéticas, que são

língua foi inventada por “poetas” e não por “geômetras”<sup>14</sup>. As palavras rousseauianas assim expressam esse ponto de vista: as “primeiras línguas foram cantantes e apaixonadas antes de serem simples e metódicas”<sup>15</sup> (*Ibidem*). Como essa posição já fora defendida por Vico, é possível que Rousseau lhe esteja prestando homenagem, embora não o cite nominalmente.

O corolário dessa opinião é que as paixões hão de requerer expressão em tropos, justamente o tema do capítulo III do *Essai*. A fim de contornar a dificuldade em estabelecer uma visão de língua constituída a partir de sentido figurado e não de sentido literal, Rousseau sustenta ali que “... o sentido próprio foi encontrado por último. Só se chamaram as coisas pelos seus verdadeiros nomes quando foram vistas sob a sua forma verdadeira. A princípio só se falou pela poesia, só muito tempo depois é que se tratou de raciocinar” (p. 45)<sup>16</sup>. O problema que se insinua aqui não passa despercebido: “... como pode uma expressão ser figurada, pergunta o filósofo, antes de ter um sentido próprio, se a figura consiste na translação do sentido?” (*Ibidem*)<sup>17</sup>. Ele procura resolver essa dificuldade dizendo que a compreensão de que se trata duma transposição do sentido só se aclara mediante uma análise racional efetuada depois de passada a emoção que impregnou a sensação. Num primeiro momento, o espírito, ao dar conta do objeto pelo mecanismo da sensação, concebe a sua ideia sob determinado estado de ânimo propício à formação do significado translato. A conversão para a ideia própria ao objeto em si realiza-se num segundo momento, quando o espírito já se encontra livre da comoção que o levou a formar a primeira concepção. Segundo Rousseau, não cabe falar em transposição até que se dissipe o efeito causado no espírito pela emotividade primária. Implica isso supor que os primeiros homens a

---

formadas com os sentidos das paixões e dos afetos, diferentemente das proposições filosóficas, que se formam pela reflexão mediante os raciocínios...” (I, ii, liii).

<sup>14</sup> Entretanto, é preciso lembrar que Lucrécio, na esteira de Epicuro, já se manifestara sobre a primeira linguagem em termos semelhantes: “*At varios linguae sonitus natura subegit / mittere et utilitas expressit nomina rerum, / non alia longe ratione atque ipsa videtur / protrahere ad gestum pueros infantia linguae, / cum facit ut digito quae sint praesentia monstrent*” (“Os vários sons da linguagem a natureza forçou a emitir-los, e a utilidade levou a expressar os nomes das coisas; não por outra razão vemos as crianças, por sua falta de habilidade em falar, recorrerem ao gesto, e apontarem com o dedo os objetos a sua volta”) (*De Rerum Natura*, V, 1028-1032).

<sup>15</sup> Compare-se com estas palavras de Vico: “Os homens desafogam as grandes paixões no canto, como se comprova nos sumamente magoados e contentes. Estes dois axiomas supostos ... [fazem conjecturar que eles] devem ter formado as suas primeiras línguas cantando” (*La Scienza Nuova*, I, ii, lix).

<sup>16</sup> Ter sido a primeira língua, à maneira viquiana, a poética, implica reconhecer o estatuto decididamente imprevisível do significado linguístico. Em outras palavras, trata-se de afirmar a historicidade das línguas, o seu fluir ao sabor dos condicionantes eventuais.

<sup>17</sup> A pergunta poderia conter uma reminiscência a Descartes enquanto apologeta da literalidade, própria da concepção intelectualista da linguagem, segundo a qual a palavra seria o sinal exterior, o indicador da presença da razão no homem.

usarem a língua o fizeram em permanente estado de comoção, o que faz justiça à hipótese da primeira língua poética. Leva também a entender que um abismo separa o homem dos primórdios daquele que veio a fazer uso pleno da razão, e por conseguinte que o traçado filogenético que vai dos baixios primevos até a cúspide civilizatória tem na linguagem um de seus principais condicionantes.

Para ilustrar o que pensa a respeito dessa opinião sujeita a controvérsia, Rousseau dá o exemplo do “gigante”, que assim lhe pareceu ao selvagem que avistou tal figura pela primeira vez por não estar em condições de saber que se tratava dum homem comum, o que só mais tarde, refletindo, foi capaz de fazer. Ele sugere a possibilidade de que em algum momento remoto no tempo um certo homem, ao encontrar outros homens, sentiu-se tomado de temor, o que o levou a percebê-los maiores e mais fortes do que realmente eram, razão por que lhes deu o nome de “gigantes”. Após várias experiências no gênero este homem teria reconhecido que os pretensos gigantes “não eram nem maiores nem mais fortes do que ele, sua estatura não condizia em nada com a ideia que ligara de início à palavra *gigante*. Inventará assim um outro nome comum a eles e a si mesmo, como, por exemplo, o nome de *homem*, e deixará o de *gigante* para o objeto falso que o impressionara durante sua ilusão. Eis como o nome figurado nasce antes do nome próprio, quando a paixão nos fascina os olhos, e a primeira ideia que ela nos oferece não é a que condiz com a verdade” (p. 47). Abaixo voltaremos a comentar esta passagem.

A descrição possível que Rousseau nos dá da primeira língua reflete conhecimentos linguísticos disponíveis em seu tempo. Como em outros trabalhos seus, a luz da ciência se acende para dar fundamento à argumentação. Repete-se aqui o que se percebe em outros escritos seus, qual seja a sua preocupação em se apresentar como um pensador afinado com as ideias que impulsionam o desenvolvimento científico. Neste caso, enquanto conjectura sobre o surgimento da primeira língua, o primeiro nome de precursor que vem à mente, como já se apontou, é o de Vico, mas não se pode esquecer a possível influência sobre ele exercida pelas elucubrações sobre linguagem conhecidas em seu tempo e que provavelmente contaram para o estudo que empreendeu acerca do assunto<sup>18</sup>.

Em específico o manejo da língua desde o seu desabrochar até a sua sociabilização completa ocupa um lugar de relevo na análise rousseauiana, como comprova a ênfase que nela é dada às primeiras expressões orais em face das que se lhe seguem no tempo, à medida que se vai formando a sociedade e

---

<sup>18</sup> Vide as referências pertinentes para a época, por exemplo. In: AARSLEFF, “An outline of language-origins theory since the Renaissance”, 1982, p. 278-292.

se passa a elaborar regras para revestir o discurso. A especificidade conferida pelo filósofo à primeira língua fica patente quando afirma que ela deveria possuir “caracteres originais que a distinguiriam de todas as demais” (*Essai*, p. 51). As suas características próprias a tornam adequada à expressão passional, de maneira que nela haveriam de predominar antes os torneios que as fórmulas fixas. Supõe-se que no início os elementos menos constringentes da articulação deveriam prevalecer na prolação dos sons, assemelhando a primeira fala às vozes naturais não articuladas. Como consequência, o princípio estético harmonizante exerceria um papel de guia na formação duma sonoridade variada afim à música. Por isso Rousseau diz: “... cantar-se-ia em lugar de falar” (*Ibidem*). Tangida pelas afecções da alma, a primeira língua nasce por imitação, “quer do acento das paixões, quer do efeito dos objetos sensíveis – a onomatopeia, nesse caso, apresentar-se-ia continuamente” (*Ibidem*). Em suma, os principais elementos constantes da primeira língua compõem um amálgama de dotes psicofísicos: eufonia, abundância de tropos, anomalia<sup>19</sup>, poder de emocionar, reunidos numa estranha mescla de aspectos do chinês, do grego, do árabe<sup>20</sup>. Ademais, sugere-se com isso uma referência positiva ao *Crátilo* de Platão, no que diz respeito à exequibilidade do naturalismo linguístico, em oposição ao convencionalismo, em que pese as dificuldades que cercam a discussão em torno da criação da linguagem por um nomoteta exímio praticante da arte de criar palavras.

No capítulo V se esboça uma cronografia das etapas de desenvolvimento da língua até a adoção ulterior da sua forma civil escrita. Própria da etapa escritural derradeira, a língua “nossa”, de que nos servimos profusamente, resulta da imaginação de “povos comerciantes que, viajando por vários países e precisando falar várias línguas, foram forçados a inventar caracteres que pudessem ser comuns a todas. Trata-se precisamente não de pintar a palavra, mas de analisá-la”, daí adequar-se “o alfabeto aos povos civilizados (‘policés’)” (p. 57). Descobre-se assim haver uma dicotomia no uso da língua entre os povos bárbaros que recorrem à “pintura” e os civilizados dados à análise (*Ibidem*). Seguindo a linha do “progresso” material, observa-se que a maneira de escrever à ocidental, ao lado das outras mencionadas – a pictórica e a representacional – condiz com um dos estados “sob os quais se

<sup>19</sup> O emprego do termo “anomalia” decerto remete à tese gramatical estoica difundida a partir de Pérgamo até Roma e cujo principal divulgador nesta cidade foi Crates de Malos. O seu fundamento é que a língua se constrói pelo uso, em oposição à tese analogista, segundo a qual a língua obedece ao princípio das regularidades gramaticais, forma esta de pensar predominante na escola alexandrina e sustentada por seus filólogos-bibliotecários, dentre os quais se destaca Aristarco.

<sup>20</sup> Note-se que o hebraico, na época ainda amplamente debatido como possível primeira língua humana e exemplar em razão da *Bíblia*, não é citado.

podem considerar os homens reunidos em nações”. Sendo esta a terceira maneira, analítica, articulada, escritural, fiel à voz decomposta em partes elementares e reproduzida graficamente, condiz ela mais precisamente com a cultura afim à civilização propriamente dita. Em contraparte a essa constatação, a mencionada analogia entre a língua do mundo civilizado e a sociedade comercial revela com particular clareza a indisposição de Rousseau para com os valores crematísticos disseminados pelas formas avançadas de civilização, de que a escrita se torna uma insígnia no mínimo embaraçosa. Ligar a escrita à ideia de nação tem, pois, um peso específico na concepção rousseauista dos estágios de desenvolvimento da história humana. A nação é um produto da cultura, não da natureza. Por isso, entre o homem civilizado que nela habita e faz uso da língua articulada e mormente da língua escrita e o homem natural que não precisava da linguagem por viver disperso pela terra, e ainda o homem da sociedade patriarcal<sup>21</sup>, com sua linguagem relativamente musical e afetiva, medeia um abismo intransponível.

Em contraposição ao tempo idílico das “cabanas”, no capítulo XX do *Essai*, que trata da relação entre as línguas e o governo, no momento em que “as sociedades tomaram suas últimas formas” (p. 197), vem à tona a deficiência da língua hodierna como um empecilho à comunicação. Devido em parte ao baixo grau de perceptibilidade de seus traços fonêmicos, crescentemente sacrificados à medida que imperam normas de vida alheias ao interesse da coletividade, a linguagem estabelecida cobra o seu altíssimo preço à ação política, acarretando um efeito devastador, algo que para o filósofo é determinante na apreciação do sistema de comunicação. Por isso, seu veredito é claro nesse quesito: “Ora, digo eu que toda língua que não se pode fazer ouvir ao povo reunido é uma língua servil; é impossível que um povo se torne livre enquanto fale essa língua” (p. 201). A única alternativa a esse estado de coisas seria a reconfiguração do ciclo que abriu a história, visto que o atual foi irremediavelmente desperdiçado. É o que sugere o *Discours* nesta passagem, que trata do derradeiro momento da história: “Eis aqui o termo último da desigualdade, e o ponto extremo que fecha o círculo e toca o ponto donde partimos: é aqui que todos os particulares voltam a ser iguais porque não são nada, e que os súditos, não tendo mais outra lei senão a vontade do mestre,

---

<sup>21</sup> Ressalve-se que a língua do início da era sedentária, própria da sociedade patriarcal, tem qualidades aptas a propiciar a felicidade: “Assim, ainda que os homens tivessem se tornado menos resistentes, e que a piedade natural já tivesse sofrido alguma alteração, este período do desenvolvimento das faculdades humanas, mantendo uma equidistância justa entre a indolência do estado primitivo e a petulante atividade de nosso amor-próprio, deve ter sido a época mais feliz, e a mais durável” (*Discours*, p. 171). No *Essai* a língua da sociedade patriarcal se assemelha à da zona climática meridional, tida por mais propícia à expressão dos encantos naturais da fala (cap. IX).

nem o mestre outra regra que suas paixões, as noções do bem e os princípios da justiça se dispersam de novo” (p. 191).

Em sua análise francamente negativa do estado de língua atual Rousseau adota uma tese que se tornaria hegemônica na ciência linguística contemporânea, qual seja a de que entre a língua falada e a língua escrita subsiste um hiato intransponível, com clara desvantagem para a última<sup>22</sup>. Essa oposição fica bem clara quando ele diz que “a arte de escrever nada tem a ver com a de falar<sup>23</sup>. Ela tem a ver com necessidades de outra natureza que nascem mais cedo ou mais tarde em circunstâncias inteiramente independentes da duração dos povos, e que poderiam não ter tido lugar em nações muito antigas” (*Essai*, p. 61). Se assim for, seria lícito supor que a invenção e a disseminação do alfabeto na antiguidade, a partir do qual originaram-se escritas adaptadas às várias línguas, seriam inteiramente dispensáveis, se a sabedoria humana tivesse conjurado as forças naturais para agirem sobre a língua a fim de determinar a forma de comunicação das comunidades sociais. Contudo, embora a variedade e a transmissão dos alfabetos sejam colocadas em discussão (p. 61 ss), não se avança o bastante para se ter uma ideia mais precisa da posição do filósofo. O mesmo se dá em relação aos linguajares, possivelmente porque se carecia então dum conhecimento seguro sobre a sua formação histórica e a sua constituição em famílias, como o que estará disponível cerca de um século mais tarde graças à ciência do indo-europeu. Pode-se conjecturar que esse conhecimento seria aproveitado por Rousseau na sua análise propriamente linguística. Por outro lado, no *Essai*, como se sabe, deve-se levar em conta que o filósofo tem em vista, acima da linguística, tratar da teoria musical, a qual aplica coerentemente na apreciação estética das línguas, considerando o seu poder de orientar formas melódicas de elocução. Assim, antes que entrar na discussão do possível parentesco dos idiomas, Rousseau prefere falar da divisão entre línguas meridionais e setentrionais (capítulos VII a XI), tomando por base as características prosódicas de cada grupo. Sobre esse assunto voltaremos a falar abaixo.

Uma questão particularmente instigante para a qual a discussão propriamente linguística não pode oferecer mais do que um aceno é a do uso da língua como palavra vã e instrumento para o embuste, aliás já presente no

<sup>22</sup> Vide uma exposição dos argumentos essenciais em torno do debate oralidade-escrita. In: P. KOCH e W. OESTERREICHER, 1985, p. 15-43.

<sup>23</sup> Mais uma vez vem à tona uma reminiscência do que dissera Vico a respeito das fases de desenvolvimento da linguagem, desta vez em nitido contraste com o pensamento do autor do *Essai*: “Os filólogos acreditaram erradamente que as línguas nasceram primeiro, e mais tarde as letras; quando (como aqui ligeiramente acenamos e se provará plenamente nestes livros), ao contrário, elas nasceram gêmeas e caminharam paralelamente, em todas as suas três espécies, as letras ao lado das línguas” (*Op. cit.*, Introdução, 33).

*Discours*, onde as personagens que proferem discursos da perspectiva da sociedade constituída em geral são retratadas como produtoras de arengas e de enunciações inconciliáveis com a autêntica vida comunitária. Na conjuntura que nos cerca, vistas desse ponto de vista, tanto a fala quanto a escrita haverão de se mostrar perniciosas. No mínimo, percebe-se que a comunicação vigente coloca sob tensão a sociedade organizada que dela faz uso, na medida em que nesta grassa o discurso degradante que ajuda a movimentar o mecanismo dos vícios sociais, em particular o que toma uma desenvoltura peculiar por meio da produção de texto de divulgação periódica. O efeito disso pode ser comparado ao duma incômoda inflamação que se alastra sobre o tecido social. Para Rousseau, uma vez ordenadas segundo normas coercitivas encarnadas em leis prescritivas, supletivamente submetidas ao formulário do texto sancionado, as relações inter-humanas acabam por se converter em atos protocolares. Tementes em exercer a liberdade de escolher as palavras de acordo com os seus sentimentos mais profundos, os homens passam a ter na língua formal um meio de evitar conflitos pessoais, ante os quais se fazem refratários. Passa-se assim duma comunicação mais sincera e viva a outra mais precisa e empedernida: “A escrita, que parece dever fixar a língua é justamente o que a altera; ela não lhe muda as palavras, mas o gênio; ela substitui a expressão pela exatidão” (*Ibidem*, p. 67). Uma vez instalada à maneira dum mal crônico, deve-se ver nela um fator de corrupção de todo idioma, por inibir a vivacidade e por fim enfraquecer “a própria palavra” (*Ibidem*, p. 69).

Um outro ponto trazido à baila na crítica à escrita toca no “problema de Homero”, que desde os tempos da filologia alexandrina tem atormentado os estudiosos. Rousseau entra no debate (*Essai*, cap. VI) partindo da opinião, considerada indisputável à luz da história, segundo a qual se nega a possibilidade de a primeira versão dos poemas homéricos ter sido redigida. Por outro lado, não cogita considerar que elas só puderam se tornar universalmente conhecidas por terem sido um dia registradas em texto e em seguida multiplicadas e retransmitidas em inúmeras traduções<sup>24</sup>.

Os capítulos VII a XI que tratam da prosódia moderna e da divisão básica em línguas setentrionais e meridionais contêm considerações linguísticas de par com o desenvolvimento desta ciência no período das Luzes, e até por tabela com tópicos correlatos tratados na *Encyclopédie*. É preciso lembrar que o tratamento dado por Rousseau ao fenômeno prosódico tem a ver primeiramente com a sua teoria musical, a qual pretende ver aplicada à língua,

---

<sup>24</sup> Pelo que diz a crítica especializada, as obras-primas do poeta grego apareceram anteriormente ao emprego do alfabeto pelos gregos, pois se aquelas porventura remontam ao século VIII, este somente a partir do século VII a. C. se disseminou. Vide HAVELOCK, 1986.

visto que para ele esta, na sua melhor versão, deve primar pela expressividade cantante, para lá da comunicativa (*Essai*, p. 43). Contudo, no estado atual da prática linguística social, uma língua verdadeiramente musical certamente foge ao conhecimento dos contemporâneos: “Não temos nenhuma ideia duma língua sonora e harmoniosa que fale tanto pelos sons quanto pelas vozes. Engana-se quem pretenda substituir o acento (‘accent’) pelos acentos (‘accens’)”<sup>25</sup>: só se inventam os acentos (‘accens’) quando o acento (‘accent’) já se perdeu”<sup>26</sup> (p. 75). Para mostrar a diferença entre o acento nas línguas clássicas e o acento nas línguas modernas Rousseau cita Cícero, Dionísio de Halicarnasso e outras autoridades de sua época, dentre elas C. P. Duclos e seu comentário à *Grammaire de Port-Royal*. Baseando-se nesses autores, ele referenda a diferença entre acento musical e acento de intensidade, a fim de denunciar a aversão ao canto manifesto na língua moderna. Segundo propõe, em virtude de sua monotonia prosódica, nenhuma língua moderna da Europa pode ser considerada musical. Numa escala delineada a propósito para ilustrar o que tem a dizer, faz ele figurar o francês abaixo do italiano (*Ibidem*, p. 81).<sup>27</sup>

O mesmo processo que levou da oralidade à escrita se faz sentir na gramaticalização das línguas modernas: elas ganharam em clareza, passaram por uma sistematização rigorosa, submeteram-se a uma simplificação lógica ou utilitária, em suma, progrediram numa direção a-musical e por conseguinte tornaram-se exemplos de língua “fria e monótona”, ainda mais por se submeterem à tutela de academias reguladoras<sup>28</sup>. Adicionalmente, são de registrar os efeitos deletérios da banalização da linguagem entre usuários amaneirados. Tal fato não passa despercebido ao autor do *Essai*, pois no “Apêndice”, sob o título “pronúncia”, ele lamenta o desleixo com a língua em falantes não obstante cultos: “Vi jovens na moda não fazerem mais que balbuciar ao invés de falarem; eles supunham que a atenção que se devia

<sup>25</sup> Plural na antiga ortografia.

<sup>26</sup> “Acento” aqui supostamente se refere a uma modalidade específica de ênfase dada à sílaba, particularmente à vogal, no interior da palavra, em referência a matéria prosódica. Já “acentos” são sinais diacríticos, em referência a matéria precipuamente ortográfica. Além de emprestar a sua interpretação à teoria do acento, comparando o prevalecente na língua clássica com a moderna, Rousseau parece apoiar-se na etimologia da palavra “accent”, visto proceder esta do latim *accentum* e estar formada de *cantum* mais o prefixo *ad-*, com o significado de “elevação da voz”, como requeria o tipo musical de acento próprio daquela língua clássica. O princípio musical da entonação é, pois, o que para o filósofo está em pauta na discussão deste quesito.

<sup>27</sup> Muito provavelmente, para chegar a tal conclusão Rousseau leva em conta, embora não deixe claro, o substrato francônio que atuou no desenvolvimento da língua francesa românica. Por essa razão o francês teria sido contaminado pelos traços “duros” da antiga língua falada por povos germânicos setentrionais, portadora, como concebe o filósofo, de características a-musicais.

<sup>28</sup> O resultado esperado é este, segundo o filósofo: “A língua francesa torna-se mais filosófica e menos eloquente” (*Du Contrat Social, Oeuvres Complètes*, III, p. 1761).

prestar escutando-os dispensava-os de toda preocupação em se fazerem entender” (p. 216). Outros vícios de pronúncia também merecem a sua atenção, como o “na voz, ou no acento ou no hábito, pronunciar o *r* guturalmente, etc.” (p. 217).

Outro tópico que adquire importância para Rousseau tem a ver com a distinção entre línguas mães e línguas filhas, ou derivadas, a exemplo das românicas em relação ao latim. Enquanto as primeiras em geral conservam uma estrutura estável, as outras cedem ao arbítrio, à medida que se distanciam de suas bases. Rousseau cita o ocorrido com o hebraico que, ao se difundir juntamente com o povo que o falava, perdeu a estabilidade, “seu acento” (p. 83), e passou a requerer regras para a direção do uso. Podemos lembrar que situação similar acomete o inglês, idioma notável pela distância que se interpõe entre a sua grafia e a sua fala. O raciocínio por trás dessas observações é que a necessidade da escrita para aperfeiçoar a compreensão leva àquilo que anteriormente já fora dito sobre o empobrecimento prosódico das línguas grafêmicas. É provável que, premidas pelas circunstâncias, as línguas antigas como o idioma culto dos egípcios ou as línguas mortas de nossa tradição escolar tenham sofrido um depauperamento irreversível. Para finalizar, faz-se alusão ao excesso de consoantes do polonês, o que faria desta língua “a mais fria” de todas (p. 85).

Tal como para Epicuro<sup>29</sup>, para Rousseau o que distingue as línguas tem a ver com o seu lugar de origem: “Os climas onde elas nascem e a maneira como elas se formam, é a esta causa que é preciso remontar para conceber a diferença geral e característica que se nota entre as línguas do sul e as do norte” (Cap. VIII, p. 87). Assim como demonstra preferir as línguas primitivas e as clássicas às modernas, Rousseau situa as línguas do sul acima das do norte. O critério para assim pensar está na presença maior ou menor das propriedades musicais que possibilitam a expressão mais pura das paixões, encontrada antes na língua falada que na escrita e alusiva a uma origem determinada pelas condições naturais agindo sobre os órgãos da fala. Não por outra razão a expressividade é mais vivaz nas línguas onde predominam o ritmo e o “acento”, quando a música não constitui ainda uma arte inteiramente separada da palavra (*Essai*, cap. II). A língua da melhor sociedade na imaginação de Rousseau, a do patriarcado, era por isso mesmo musical e

---

<sup>29</sup> Em Diógenes Laércio lê-se esta citação de Epicuro que nos leva a assim pensar: “Portanto, também os nomes das coisas, em princípio, não eram atribuídos por convenção, mas as mesmas naturezas dos homens, em cada estirpe, experimentando determinadas impressões e recebendo determinadas representações, emitiam da boca, em certos modos, o ar enviado através de cada uma das impressões e das representações, conforme a diferença relativa aos lugares nos quais estes povos estavam estabelecidos” (*Vite*, p.1228-1229). O mesmo no próprio Epicuro, “Carta a Heródoto”, 75-76.

poética (*Ibidem*, cap. IX), justamente por ter surgido no seio de comunidades que habitavam terras meridionais. Essa língua é a que preserva melhor a força das primeiras onomatopeias, sem estar por isso impedida de designar os objetos da reflexão próprios da experiência possível limitada ao ambiente familiar. Contudo, até que essa língua se firmasse, muitas vicissitudes haveriam de cruzar o caminho dos homens desde os primórdios de sua existência. No início, os indivíduos “tinham a ideia dum pai, dum filho, dum irmão e não a dum homem. Sua cabana continha todos os seus semelhantes; um estrangeiro, um animal, um monstro eram para eles a mesma coisa: fora deles e de sua família, o universo inteiro não era nada” (p. 95). Somente ali onde os primeiros laços familiares se constituíram, sob a proteção das amenidades naturais, foi possível surgir as sociedades e as línguas dos chamados países de clima quente (p. 123). Antes disso apenas “havia famílias, mas de maneira alguma havia nações; havia línguas domésticas, mas de maneira alguma línguas populares” (p. 125). Registre-se que o amor entra nesse cenário como um fator aglutinador tardio: “havia então casamentos, mas de maneira alguma o amor” (*Ibidem*). Assim, o sentimento mais nobre torna-se um componente importante na formação do intercâmbio linguístico que abre caminho para a institucionalização da linguagem. A modulação das paixões ardentes se reflete num *éthos* apaziguador e cooperativo. Não era preciso haver nenhuma coerção quando entre a natureza e o homem reinava acordo. Mas esse estado de coisas não perduraria para sempre. Segundo o filósofo, houve, como mostraria a história, uma conversão forçada do suave e doce ao angustiante e amargo. E esse movimento refletiu-se no exercício da linguagem: “Numa palavra, nos climas suaves, nos terrenos férteis, foi necessária toda a vivacidade das gratas paixões para começar a fazer falar os habitantes. As primeiras línguas, filhas do prazer e não da necessidade, levaram por muito tempo a insígnia de seu pai; seu acento sedutor só se apagou, juntamente com os sentimentos que as tinham feito nascer, quando novas necessidades introduzidas entre os homens forçarão cada um deles a se ocupar apenas consigo mesmo e a procurar retiro em seu próprio coração” (p. 127).

Os antípodas do clima suave do sul manifestos no clima severo do norte dão origem às línguas conformemente duras, “tristes filhas da necessidade” (cap. X, p. 131). A própria constituição física dos homens que ali são castigados pela inclemência do meio contribui para a aspereza de sua voz, de que sofrem as suas línguas pouco dotadas para as inflexões sedutoras. Diante disso, “suas vozes mais naturais são as da cólera e das ameaças, e suas vozes se fazem acompanhar sempre de articulações fortes que as tornam duras e estridentes” (p. 133).

Neste ponto encerramos a nossa breve resenha do *Essai*, de vez que o que nele se segue possui menor interesse para a discussão aqui empreendida, e passamos a apresentar algumas notas feitas à margem daquele texto.

## 2. A questão homérica sob a óptica rousseauiana

Entre os pontos a salientar a este título está primeiramente o rechaço manifestado no *Essai* à fruição do poema homérico que tenha por base unicamente o texto subsistente. Um Homero que não condiz com o que conhecemos, a partir da leitura de suas obras, constitui uma conjectura de longa data debatida, apoiada em hipóteses de historiografia literária, às quais Rousseau acrescenta a sua própria versão, reforçada por sua concepção de língua segundo a qual a oralidade tem a primazia sobre outras formas de expressão, particularmente a escrita. A sua contribuição pessoal para o tema entra na categoria dos estudos sobre o vate grego que no século XVIII ganharam em amplitude e profundidade<sup>30</sup>. No caso em tela, como é de regra em Rousseau, o menos perfeito confronta o mais perfeito; o menos belo, o mais belo, o menos sublime, o mais sublime, e assim por diante, de maneira a não sobrar escolha possível senão a do melhor ante o pior. E o pior, também de regra, é o que não demonstre possuir os sinais claros de ter de alguma forma conservado as propriedades que distinguem as coisas naturais das artificiais. Aplique-se esse raciocínio a Homero e logo se terá uma pista para se chegar à sua melhor compreensão, a despeito do que possa fornecer a tradição editorial de seus “escritos”. Por coerência, a tentativa de descobrir o verdadeiro Homero, sob o ponto de vista de sua canônica estética, está antes em seguir o princípio, formulado no *Essai*, de que a primeira língua era capaz de traduzir o que há de mais íntimo e profundo na natureza humana, por encontrar-se num estado mais puro do que a que se lhe seguiu no tempo, em razão de ter sido esta submetida à degradação ao longo duma “evolução”

---

<sup>30</sup> Aquilo que no século XIX tomou o nome de “questão homérica”, qual seja a dúvida a ser respondida quanto à autoria genuína, à autenticidade e à datação dos textos transmitidos da *Iliada* e da *Odisseia*, arrasta-se por mais de dois mil anos na filologia homérica, atravessando, portanto, todas as épocas em que esta disciplina tem granjeado a atenção dos estudiosos. Rousseau entra nessa discussão no momento em que cresce o interesse histórico, topográfico e antiquário pelo mundo antigo, herdado aliás do Renascimento. No século XVIII, além dele, destacam-se na formatação do debate R. Wood (1717-1771), G. Vico (1668-1744) e F. A. Wolf (1759-1824). Rousseau faz parte da antiga tradição segundo a qual os épicos homéricos teriam sido transmitidos primeiro oralmente e só mais tarde por escrito. *Vide* sobre este ponto Silk, Ong, Turner, Fowler e Nannini. Saliente-se que Homero e sua poesia já tinham sido objeto de reflexão por Vico, que no livro III da *Scienza Nuova* (“Della scoperta del vero Omero”) chegara a conclusões semelhantes às de Rousseau.

histórica que afetou inelutavelmente a espontaneidade natural em nome da racionalização promovida pelo avanço civilizatório. O pano de fundo da crítica homérica rousseuniana parece, portanto, ser este processo que nos trouxe ao presente e provavelmente nos levará ao futuro e que nos faz ter a sensação de viver num estado social marcado pelo emperramento da capacidade de usufruir das primícias da existência.

Uma vez aceita essa premissa, cumpre concluir que se está longe de captar a genuína poesia de Homero, aquela efetivamente impregnada da alma do poeta, saída primeiro de sua boca e não de seu cálamo<sup>31</sup>. Entretanto, pergunta-se, haveria algo a mais na digressão rousseuniana sobre Homero que não fosse a violação do princípio da expressividade natural da fala e a impropriedade em descobrir na escrita o cerne da melhor expressão poética? Em que pese o fato de Rousseau entrar legitimamente na discussão sobre o peso desses fatores na composição poética, a sua posição compreende-se porventura na sua verdadeira dimensão quando se tem em vista que Homero representa um baluarte da tradição não só literária, mas também cultural do Ocidente, senão mesmo teológica no seu contexto próprio, mais ou menos como a Bíblia se situa na esfera da tradição religiosa. Como já se observou, a filologia moderna que veio a se interessar por Homero, envolvida na “questão homérica”, tinha como contraparte questionar a validade dos estudos exegéticos realizados sobre o texto da Bíblia<sup>32</sup>. Cremos que Rousseau

<sup>31</sup> Essa mesma conclusão, baseada na opinião de que o canto homérico na sua origem é oral e não escrito, insinua-se na atualidade com força hegemônica, sobretudo a partir dos estudos de M. Parry, que procurou demonstrar de forma cabal que a poesia homérica nasceu para ser recitada, previamente à difusão da escrita no mundo grego. Outra nuance paralela da disputa, particularmente em voga no século XIX, tem posto frente a frente “analistas” e “unitaristas”, os primeiros sugerindo que a obra homérica foi produzida por várias mãos, os outros, que ela deve ser creditada a uma única personalidade. O grande filólogo Wilamowitz-Moellendorff expôs a síntese analista in *Homerische Untersuchungen* (1884), enquanto G. W. Nitzsch, com *De Historia Homeri* (1830) e *Die Sagenpoesie der Griechen* (1852), defendeu em sua época o fundamental da visão unitarista. Para mais pormenores sobre a contenda “analistas” versus “unitaristas” vide M. E. CLARK, 1986, p. 379-394.

<sup>32</sup> O motivo que levou a filologia do século XVIII em diante a discutir a poesia e a personalidade de Homero, de que haveria de resultar o grande debate mais tarde conhecido como “questão homérica”, residia em algo considerado potencialmente estremeceador e inteiramente reluzente do apanágio científico então exigido para se contrapor ao *status quo* confessional da época. “O debate homérico, diz F. Turner, tinha adquirido vida própria de maneira a soterrar a poesia. Em busca de conquistar pontos aos oponentes, tornara-se uma prática escolar com o fito de desacreditar as próprias epopeias antigas” (“The Homeric question”. In: I. MORRIS e B. POWELL, 1997, p. 138). Do mesmo Turner se lê: “O último elemento cultural de porte que tornou a questão homérica um segmento tão atuante em matéria de controvérsia foi a sua relação com a Bíblia. (...) Era possível ver que tudo que afetasse a credibilidade de Homero afetaria a credibilidade da Bíblia” (*Ibidem*, p. 142). Discutir poesia e religião por sua vez soava diferente para alemães e ingleses: “Exceto para os primeiros alemães, a grande atenção dedicada a Homero e à Bíblia tendia, durante os três primeiros quartéis do século [XIX], a inibir a discussão crítica da última... A respeito disso, a discussão inglesa de Homero em meados do século sempre se dava

colaborou ativamente para cravar na modernidade o sentimento de que tais preocupações eram legítimas, a ponto de seus reflexos serem determinantes no ambiente acadêmico que viria a ser dominado pela filologia clássica e no meio ilustrado da República das Letras da época. Com isso, o seu Homero passa de questão específica de história literária para ampla questão histórica dirigida a obter resultados práticos na transformação da mentalidade da época, visando a sua reeducação pelos postulados que, no entanto, ele só pode oferecer tateando qual um semicego no íntimo de seu ser. É assim que sob essa nova luz o Homero que temos deixa de ser o que porventura gostaríamos de ter. Como resultado, o bardo grego nos é negado, porque não fazemos por merecê-lo. Estamos fadados a empreender por ele uma busca duvidosa na noite dos tempos, sabendo de antemão que jamais o encontraremos em seu estado nascente puro<sup>33</sup>.

Em última análise, a questão lateral da “perda” da verdadeira poesia homérica pela cultura civilizada, relacionada tal como está ao emprego da escrita, é enfrentada, a nosso ver, tendo em vista vários objetivos. Como tudo em Rousseau, o assunto passa por um crivo argumentativo que faz verter por uma mesma bica análise política, saber científico vertical e crítica moral, além de erudição filológica, lógica cristalina e gosto estético apurado, dando como resultado final peças retóricas de alto impacto suasório projetadas para produzir os maiores estragos possíveis no campo adversário, seja este real ou imaginário. Até onde é possível discernir, a crítica à escrita tal qual é levada a efeito no *Essai* remete de alguma maneira aos epigramas socráticos que desabonam o texto (a textualidade) no *Fedro* 274c ss e na *VII Epístola* 344c, com a diferença de que nestas obras o ataque se faz explícito em nome da melhor filosofia, enquanto em Rousseau, no momento em que ele o desfere no *Essai*, o ataque se faz em nome da melhor língua. Na medida, porém, em que a melhor “ciência”, como diz o filósofo romando, aloja-se no íntimo de si

---

numa arena cultural um tanto diferente da alemã. Os ingleses viram quase desde o início do debate na Alemanha que a questão da composição homérica poderia influenciar a compreensão da composição da Bíblia” (*Ibidem*). Um cético do cristianismo como Grote, “um radical filosófico associado aos círculos políticos de Jeremy Bentham, James Mill and John Stuart Mill”, ao entrar no debate sobre Homero, “estabeleceu com firmeza no espírito inglês uma associação entre a crítica superior de Homero e a crítica superior da Bíblia” (*Ibidem*).

<sup>33</sup> Orientada segundo outras premissas, essa possibilidade já havia sido aventada nos tempos da filologia alexandrina e pergamena à medida que a obra do poeta era esquadrihada pelos estudiosos. As muitas dúvidas que pairavam sobre a autenticidade dos manuscritos disponíveis e também sobre a interpretação a ser dada a passagens consideradas controversas eram levantadas e na medida do possível sanadas. A leitura correta visava a descobrir a “verdadeira” poesia homérica, questão essa interligada à da permanente discussão sobre a pessoa histórica do poeta e a relação entre oralidade e escrita. *Vide* o que diz a esse respeito, entre outros, R. PFEIFFER, 1998, p. 25 ss; P. M. FRASER, I, 1972, p. 475 ss; e J. M. FOLEY. In: MORRIS e POWELL, *op. cit.*, p. 146 ss.

mesmo<sup>34</sup>, o texto especulativo acaba por constituir um óbice à melhor filosofia, bem como o texto poético à melhor poesia, em razão do hiato eventualmente produzido entre a perquirição interior da verdade ou pela exalação anímica do sentimento e a sua expressão escrita. Como ele mesmo declara, nada substitui para Rousseau a imersão na grande alma do filósofo-artista, onde este escuta (e não lê) a voz do coração que “não mente”<sup>35</sup>. Neste ponto o senso moral adere ao entendimento, e quando se requer uma expressão da verdade não será esta meramente a da razão, mas a da virtude. Conclui-se assim que a escrita não está apta a traduzir toda a riqueza da vida interior do filósofo. Desse modo, o *Essai*, ao situar o texto abaixo da fala na hierarquia das formas de expressão, reproduz aquele mesmo ensinamento, porém o faz na esfera da ciência da linguagem, como aliás requer a exposição, de modo que a questão substantiva resta subdeterminada. Além disso, ao operar com a noção viquiana de língua poética, aplicando-a à interpretação dum autor seminal, o *Essai* opta por incorporar um ingrediente essencial na elaboração duma crítica de feição filológica que supostamente pretende dialogar com a tradição hermenêutica em torno do poema homérico, reavivada no século XVIII pelos nomes de proa dos estudos clássicos. Adicionalmente, ao entrar no debate acerca do “problema homérico”, tencionando renová-lo com as suas próprias considerações, o filósofo pretende aparentemente disputar um espaço de influência ocupado na altura pela *intelligentsia* afluente. Quer assim ser neste campo de estudos o agente intelectual de sempre, capaz de criar um foco de discussão que influencie daí por diante todo pensamento.

### 3. Palavra figurada *versus* palavra própria

A passagem em que Rousseau procura analisar o que levou o suposto selvagem ao equívoco de chamar de “gigante” o primeiro homem que avistou além de si mesmo reforça a hipótese já aventada por ele da primazia temporal da palavra figurada sobre a palavra própria no advento da linguagem. Repetese aqui a opinião de que, sendo a primeira língua fruto da paixão e não da necessidade, tão-só ao superar uma etapa do seu desenvolvimento cognitivo o

<sup>34</sup> É o que prega o *Discours sur les Sciences et les Arts*: “Oh virtude! ciência sublime das almas simples, é preciso haver tantas penas e pompa para te conhecer? Teus princípios não estão gravados em todos os corações? E não basta para apreender tuas leis recolher-se em si mesmo e escutar a voz de sua consciência no silêncio das paixões? Eis a verdadeira filosofia, saibamos contentar-nos com ela...” (p. 20).

<sup>35</sup> Ao contrário do que espoca na língua instituída: “Nossas línguas são obra dos homens, e os homens são limitados. Nossas línguas são obra dos homens, e os homens são mentirosos” (*J. Jacques Rousseau, Citoyen de Genève, à Christophe de Beaumont*, p. 78).

homem vem a possuir o dom da significação própria. Enquanto isso não ocorrer, entende-se que a primeira significação figurada será inadequada do ponto de vista da representação do vínculo do objeto com a ideia, como descobrirá o selvagem assim que a paixão que o dominava tiver dado lugar à razão (dotando o seu espírito, diga-se de passagem, do estado de razão plena). A adequação da significação figurada à ideia no selvagem dominado pela paixão, ou seja, enquanto o homem por ele avistado lhe parecer gigante, implica conferir à imaginação a primazia sobre a razão na percepção da realidade, até que se constitua, como resultado dum devir evolucionário, a hierarquia plena do entendimento. No estado mental “primitivo”, a metaforização do significado de “homem” em “gigante” equivale paradoxalmente a dar sentido literal à significação de homem como gigante, pois tal é a impressão que tem de homem o selvagem que num primeiro momento o faz tomado de espanto. Neste caso, não há por que falar em metáfora para quem, como ele, efetivamente percebe um homem não como simples homem, mas como gigante. Para ele, nessa etapa de seu desenvolvimento intelectual, homem designa-se naturalmente por “gigante”. Quando, restabelecida a ordem natural do entendimento, ele compreender que não se aplica a homem o epíteto “gigante”, aí sim, tal qual faz o gramático e o retórico, ele poderá se referir a um homem percebido como gigante em linguagem figurada. Ao dar esse exemplo Rousseau ilustra como funciona uma teoria literalista da metáfora, segundo a qual o significado metafórico constitui na verdade um significado literal, com o agravante de que na maioria dos casos o que se tem como resultado é um erro de designação. Em tal caso, o que se concebe não é mais que a “imagem ilusória” a que se refere o filósofo (*Essai*, p. 47). Porém, ao admitir que o selvagem haverá de corrigir essa ilusão quando se vir livre da emoção que o levou ao erro (embora não aponte o tempo transcorrido entre um estado e outro), Rousseau mantém-se por outro lado fiel a uma concepção de metáfora comparatista, ou seja, admite que o uso de “gigante” para se referir a homem constitui um artifício elíptico para representar um objeto que se reconhece tal como é na realidade, ou seja, toma por base a literalidade da representação em contraste com a expressão figurada. “Gigante” consiste neste caso num componente elíptico em face de “homem”, daí que possa adquirir um significado translato de “gigante” tanto para o selvagem em quem passou a comoção, quanto para o gramático e o retórico. Visto assim, cabe igualmente atribuir ao suposto selvagem uma concepção literalista de metáfora, condizente com a sua credulidade na identificação de “gigante” com um homem, até que a alteração dessa concepção na direção duma comparatista se torne possível, o que ocorrerá no momento em que, à luz da antropologia evolucionista rousseauista, numa etapa futura da evolução

humana, por ação do princípio de perfectibilidade, por sua vez conforme com a visão rousseauista da história, se esteja diante dum exemplar de homem que tenha adquirido mais experiência e discernimento no trato com as coisas do mundo, ou seja, quando forem dadas as condições para o uso da razão e o consequente fortalecimento do entendimento em face da imaginação. Pode-se supor que uma tal concepção não esconde uma certa nostalgia pelos inícios da vida humana na terra, com a qual, por sua vez, se parece ansiar por uma inexequível marcha para trás da história, ao encontro do selvagem que supostamente, por viver maravilhado sob o véu duma imaginação ardorosa, gozaria dum estado anímico superior ao do homem civilizado. A fim de recompor a sua identidade espiritual perdida, este só poderá confrontar aquele na fruição da arte, onde, dando largas à imaginação, espera encontrar refúgio para o seu infortúnio. Por outro lado, aquela concepção de “selvagem” entregue à fantasia não deixa de flertar com uma metáfora de homem, da mesma maneira que para o “selvagem” o homem que ele avistou pareceu-lhe primeiramente um gigante. Com a diferença de que se trata neste caso duma versão comparatista do tropo, sem possibilidade de redução a uma literalista, algo que nesta altura da história humana só à arte é lícito ousar fazer com propriedade.

#### 4. Língua poética versus língua racional

Outro aspecto ligado ao anterior que merece a nossa atenção leva a retomar o problema da concepção de língua como naturalmente poética antes que racional. Como já foi dito, Vico notabilizara esse parecer que Rousseau retoma, revalidando a sua fortuna nos tempos modernos. No *Essai* o filósofo procura mostrar como o proto-homem que lentamente evolui para “descobrir” a linguagem ignora o que é preciso ocorrer até que esta venha a cumprir uma função cognitiva, ou seja, ignora quão longo é o percurso até se poder estabelecer uma cognição lógica das coisas. Ao contrário, as suas primeiras manifestações verbais constituem expressões que nascem como reação espontânea do seu aparato sensorial às circunstâncias que lhe deparam a vida cotidiana. Nessas condições, emerge uma primeira forma de saber linguístico organizado em face do caos da experiência. A partir daí, a língua prossegue a sua evolução à medida que a existência humana acumula renovadas influências determinadas pelas vicissitudes do meio. É suposto imaginar que só pouco a pouco o aparato linguístico venha a adquirir uma contextura condizente com as exigências da existência histórica marcada pelo progresso da civilização. Rousseau parece entender que, nos seus inícios, por se tratar de operação

incipiente da fantasia, a linguagem acha-se impregnada de visões incidentais do mundo que por isso mesmo não contam com uma ordenação lógica que permita dar sentido próprio à imagem ocasional percebida. Sendo assim, a imagem típica constitutiva da linguagem nessa fase de seu desenvolvimento proviria das impressões que as vicissitudes mundanas provocam nos sentidos, de que resultam expressões verbais sob a forma de elocuições eminentemente fantásticas ou poéticas. Rousseau procura mostrar como nesse estágio a língua reflete o *páthos* que domina o ânimo perturbado do espírito humano. Como pensa o filósofo, sob o impulso da paixão ela é primeiro *poësis* e só em seguida possível *lógos*<sup>36</sup>; por isso também primeiro produtora de metáfora e só mais tarde de sentido próprio. Materializa-se primeiro nos gestos, em seguida nas onomatopeias e com o tempo se expressa nos universais fantásticos antes de adquirir ao cabo dessa evolução a capacidade de expressar os conceitos abstratos. Nesse processo nunca é demais frisar que estão pressupostos os condicionantes históricos da existência humana, tal como a concebe o filósofo.

O quadro assim delineado mostra bem que por estar sujeita à evolução que levou o homem do estado pré-racional ao civilizado, como supõe a antropologia rousseauiana, não cabe entender a primeira língua como meio seguro de conhecer a realidade circunstante, mas se trata de analisá-la enquanto forma sujeita às restrições fixadas pela sua capacidade limitada de utilização da faculdade cognitiva. Sendo assim, a passagem dos atos de linguagem primitivos, marcados pela emotividade, e os atos de linguagem civis, marcados pela racionalidade, não pode ser explicada a contento recorrendo a uma comparação alheia ao fato de ser preciso haver uma transição decisiva entre a posse da faculdade cognitiva instintiva rudimentar e a da faculdade cognitiva racional superior. Para tanto, deve supor a antropologia rousseauiana que por meio dum “salto” se passou dum estado a outro. A questão é saber como é possível atribuir o mesmo nome de linguagem humana tanto para um uso condicionado por um estado mental limitado pela emoção quanto para outro alçado ao nível racional. A lacuna, aparentemente, é preenchida por Rousseau apelando ao vínculo concertado pela história humana, dentro da qual vigeria uma suposta evolução biológica capaz de ligar os extremos entre a alma semirreptante à mercê da emotividade e a alma sublimada pela racionalidade. Essa solução não parece, contudo, elidir a plausibilidade de se pensar no interregno entre os dois estágios evolucionários como um trajeto obscuro que requereria uma explicação. O que melhor se pode conjecturar ao assim pensar é que compete à “razão” histórica a solução do enigma biológico. À parte essa discussão, vale lembrar ainda que o filósofo pôde contar para a sua

---

<sup>36</sup> “De início só se falou em poesia; só se pensou em raciocinar muito tempo depois” (*Essai*, p. 45).

apresentação dos argumentos nessa matéria com os exemplos vivos de expressão verbal e escrita em uso em todas as circunstâncias cabíveis, conforme se trate de representar emoções ou ideias. Como mostra a história literária, não se tem notícia de uma vertente expressiva ter submergido para dar lugar a outra mais evoluída. Desde sempre, ambas têm coexistido para compor o quadro das possibilidades de representação das coisas do mundo, obviamente porque assim o determina a conformação conhecida do espírito humano. Considerando a falta de evidências para a verificação de fatos concernentes à história evolucionária da linguagem, tal como a que se sustenta no *Essai* e em outros escritos do filósofo, pode-se concluir que a descrição ali sugerida tem os contornos dum mito, mas dum mito da ciência.

## 5. A linguagem e o homem civilizado

Outro ponto a se levar em conta ao se ler o *Essai* diz respeito ao ambiente cultural no qual se produzem os atos de linguagem e a função do símbolo linguístico nesse contexto. Visto por este prisma, subentende-se que uma das principais funções do símbolo é a de dar corpo ao mundo histórico, para lá de sua função básica de efetuar a correspondência entre o pensamento e o mundo real. Esse ponto é ilustrado pela descrição do uso da língua em contexto primitivo. Ali, como resultado das condições intelectuais herdadas pelo selvagem, o homem *ad hoc*, em sua tentativa de executar aquela primeira função, propriamente semântica, de fazer corresponder o símbolo ao objeto designado, o faz por meio duma forma de falar limitada à expressão dos sentimentos. Somente após correr a evolução histórica é que surgirão as condições para que a função representativa da linguagem se realize plenamente. Entretanto, a vida civil a partir daí originada, segundo pensa o filósofo, estará irremediavelmente infectada pela burla retórica. Vem à baila agora mais um aspecto da concepção evolucionária rousseauiana, desta vez com a intenção explícita de emitir um juízo moral a partir duma comparação entre estágios de desenvolvimento da linguagem. O que no início consiste numa fala feita de fantasia pura emanada de fontes naturais vem com o tempo a ser desmantelada pela interferência da razão e destinada infelizmente a servir as cabalas do jogo de poder nas sociedades complexas. E ainda mais, não sendo possível passar sem ela enquanto não se proceder à cura da civilização, seus vestígios continuarão presentes insidiando o ambiente social e fomentando táticas discursivas com vistas ao domínio de uns sobre os outros. É assim que, de algo positivo ou ao menos neutro do ponto de vista moral, a fantasia se transforma em algo deletério, por manipulação da vontade, até que

não se consegue mais distinguir com clareza o seu uso originário do uso derivado na constituição da cultura em geral, particularmente da cultura política do homem civilizado. Isso mostra que a fantasia em si mesma pode ser um instrumento tanto para o bem quanto para o mal. Ao ressaltar esse fato Rousseau fez sobressair o uso espontâneo da fantasia, associando-a a uma faculdade inerente ao homem e capital para se entender o modo de vida do primeiro homem, ou seja, o “homem natural”. Enquanto a fantasia descobria-se livre até o estado representado pelo “selvagem”, tinha-se a plenitude da vida, ao passo que quando ela se viu enleada pelas artimanhas da razão caiu sobre o homem o véu da miséria moral sob o qual se encerra o seu destino e com ele o das sociedades complexas dentro das quais passa a viver. Entretanto, o juízo de valor desfavorável aplicado à civilização depende em última análise duma compreensão de qual seja a relação entre o bem e o mal e da situação dos entes a que se aplica essa relação. O bem, sendo o contrário do mal, e não podendo deste prescindir, faz do objeto a que se aplica um ente moral, vale dizer, pensado para ocupar um certo lugar numa escala de valores, algo que, no entanto, para a natureza parece não fazer sentido algum, razão por que a ação desta na conformação das coisas sobre as quais tem poder possa ser encarada *a priori* sob uma luz favorável, senão neutra.

Em certo sentido, pode-se dizer que para sustentar uma visão eminentemente negativa do homem civilizado Rousseau pode ser associado, no terreno da teoria da linguagem, a novas ideias difundidas em sua época tendentes a combater as teorias racionalistas do passado (por exemplo, de Aristóteles), as quais, ao defenderem a harmonia natural do símbolo e do que ele designa, seja a ideia ou uma coisa qualquer, pressupunha as condições para o êxito da função verbal, enxergando-a por conseguinte como potencialmente adequada ao ordenamento da vida social. E não só isso, mas também e sobretudo como um instrumento essencial para corrigir os desvios que porventura venham a ameaçar a boa aplicação de preceitos necessários à manutenção da boa ordem pública.

## 6. Língua antiga e língua moderna

Finalmente, o problema da excelência duma língua, tal como enfrentado por Rousseau, suscita um comentário complementar. O tratamento dado ao tema fixa-se propriamente no terreno da prova capaz de corroborar o argumento teórico. De acordo com o *Essai*, cap. VII, entende-se que as características das línguas históricas revelam a sua inferioridade ante o arquétipo representado pela língua primitiva. A repulsa à prosódia das línguas

modernas, dirigida com mais especificidade ao francês, não se faz, porém, sem estar apoiada no conhecimento próprio dos especialistas dedicados a analisar o comportamento fonológico das línguas, com a ressalva de que para Rousseau está em jogo mais que isso, qual seja a perda irremediável da expressão musical da primeira fonação, em consequência da ruptura do liame natural entre a música e a voz supostamente ativo nos primórdios da linguagem humana. Vale notar a propósito que o decaimento das propriedades musical-prosódicas das línguas, ocorrido ao longo de sua evolução histórica, encontra-se plenamente documentado ao longo do processo de substituição das línguas clássicas pelas línguas modernas como veículo de comunicação. Basta para tanto ver o que resultou, especificamente, da passagem do latim às línguas românicas: em que pese várias características da língua-mãe terem persistido no nível fonológico, bem como no morfossintático e no léxico das línguas-filhas, no geral o processo geral de mudança linguística, por suas proporções, acarretou uma quebra da união íntima e obrigou a uma reinterpretção de suas respectivas identidades. Exemplo de transformação radical como consequência desse processo se verifica na maneira de acentuar as palavras, o que explica certas incongruências entre o molde latino e a sua resultante românica. Especificamente, atribui-se tal desvio, recorrente no corpo de palavra derivado, à substituição do acento musical da língua-mãe por um acento expiratório, à medida que se foi perdendo o manejo do idioma clássico. Tal modificação acarretou consequências dramáticas para o corpo de palavra herdado, uma vez que o desaparecimento do tom, regular na determinação do acento na língua clássica, e a sua substituição pelo timbre, para exercer função prosódica, nas línguas substitutas, levou invariavelmente a um enfraquecimento das sílabas pós-tônicas e eventualmente a sua eliminação, como se comprova nas línguas que operam com acento de intensidade. Esse fato coaduna-se com o que diz Rousseau acerca da decadência da fonação, tanto mais na medida em que se dê ao processo onde ele se manifesta, historicamente atestado, uma interpretação não só linguística, mas também estética<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Lembre-se que, ao lado da perda do acento tonal, ocorreu a perda da quantidade vocálica, fundamental para a execução da métrica nas línguas clássicas. Ainda haveria o que lamentar quando, por exemplo, visando a suprir a função genuína do acento nas línguas clássicas, inventou-se, à guisa de imitação daquelas, um arremedo da cadência antes obtida pela combinação do acento musical e da quantidade vocálica, ao se introduzirem sinais diacríticos de valor ortográfico indicadores de sílaba "tônica" ou de timbres abertos ou fechados, os quais pouco têm a ver com os fenômenos designados por termos latinizados tomados da nomenclatura original grega, onde de *prosôdia* os latinos tiraram *accentus*, bem como de *oxýs*, *acutum*; de *barýs*, *gravis*; e de *perispômenon*, *circumflexum*. Ao decalcarem esses termos gregos referentes às modalidades de acento os latinos produziram uma nomenclatura condizente com os fatos de sua realidade gramatical, enquanto a gramática das línguas modernas, ao adotá-los, apenas procedeu a uma adaptação artificial.

A impossibilidade de conservar as peculiaridades da prosódia antiga nas línguas modernas, a exemplo do ocorrido nas românicas procedentes do latim (entre as quais figura o francês do *Essai*), pode ser um indício do poder de arrasto exercido pela evolução histórica no desencadeamento, no plano da linguagem, duma dinâmica tendente senão a promover, ao menos a favorecer a degeneração dos dotes naturais recebidos. Visto por esse prisma, pode-se interpretar como negativo o aumento da distância entre as línguas clássicas e as modernas, na medida em que a reconfiguração de propriedades prosódicas ocorrida na passagem dum diassistema para outro impediu a manutenção da sonoridade harmoniosa resguardada pela métrica do verso e da prosa antiga. Embora se possa dizer que mesmo a poesia e a prosa escrita nas línguas clássicas tenham porventura sofrido uma corrosão em comparação com a primeira língua mélica imaginada por Rousseau, tudo indica que nelas ainda se conservara algo da musicalidade da voz primitiva, como mostram os exemplos tirados da literatura antiga, particularmente ressaltados nos inúmeros tratados de métrica clássica compostos em todos os tempos. A consciência de que a boa língua deve ostentar uma sonoridade harmoniosa, de maneira que até no nível da construção dos períodos, seja em verso ou em prosa, se preserve a integridade rítmica do discurso, é ponto pacífico para os tratadistas de todas as épocas. É possível, por exemplo, atestar um exemplo de tal preocupação na prática do orador pertencente à melhor tradição latina, ratificada por Cícero em suas obras retóricas, especialmente no *De Oratore*, III. Ali, o cultor da boa linguagem e admirador da *concinnitas* propõe uma tese semelhante à de Rousseau, quando afirma: “A arte tem o seu fundamento na natureza: se não comove e satisfaz naturalmente dá a impressão de ter fracassado em seu intento. Por outro lado, não há nada tão conatural ao nosso espírito quanto o ritmo e o canto, com os quais nos deixamos emocionar, inflamar, aliviar, abater e amiúde levar à alegria e à tristeza. A sua força irresistível se sente mais na poesia e na música” (III, 197). O fundamento natural da arte é, pois, o responsável pela observância da relação harmoniosa entre os sons na confecção da poesia e da prosa artística, pois, como nota Cícero, quando o orador percebe estar claudicando na composição do discurso, dirige a sua atenção para os preceitos ditados pela arte. Num desses momentos de dificuldade, os oradores, diz ele, “até diante da incapacidade expressiva, davam-se conta das exigências do ouvido humano; na verdade expressavam-se com incisivos perfeitamente iguais e faziam uso de pausas iguais” (III, 198). Como se sabe, tais comentários contemplam os requisitos da prosa métrica, para cujo desenvolvimento o próprio Cícero deu a sua contribuição tanto

teórica quanto prática<sup>38</sup>. Entretanto, apesar da convergência de ideias do literato latino e do romando, é preciso fazer uma distinção no que diz respeito à forma como em cada um deles a natureza determina a criação artística. Pois, ao que parece, a natureza para Cícero inspira a arte, mas não determina o resultado, o qual continua a depender da idiosincrasia do artista na sua busca pela melhor expressão. Para Rousseau, aparentemente, a natureza constitui um princípio de uniformização, de maneira que, no plano da linguagem, os exemplos de elocução que lhe fazem justiça, como se depreende, definem um padrão de gosto, pelo qual se constitui uma superioridade estética, já presente imediatamente nas primeiras vozes do primeiro homem que falou movido pela ânsia de expressar as suas emoções, em resposta a um apelo que lhe brotou na alma.

É em razão desse mesmo princípio uniformizador, ditado pela natureza (e ratificado pelo filósofo), que as línguas modernas, remotamente situadas em relação aos primórdios da origem da linguagem, portanto privadas em parte dos meios de satisfazer os seus ditames fundamentais, são forçadas a operar em relativo desprezo pelos melhores preceitos de gosto. Obedecem elas, ao contrário, regras ditadas por eventuais tecnólogos da comunicação verbal, mais interessados em ordenar ou expor o seu mecanismo fonomorfo sintático e em submetê-las no sentido de as transformar numa espécie de logotécnica. Tal qual pensa Rousseau, as deficiências patentes que tais veículos de comunicação exibem se devem pois ao fato de constituírem modelos desviantes da primeira língua. Aos tecnólogos linguísticos, por sua vez, restaria tão-só suprir com fórmulas e conselhos o vazio das qualidades perdidas. Por isso, pode-se supor que analistas do porte de Duclos, de D'Olivet e de Lamy (todos citados no *Essai*), vejam-se compelidos a criticar certos aspectos da língua francesa moderna, por exemplo a sua modalidade de acentuação em contraste com a do grego ou do latim. E a comparação, como já se mencionou, não pode senão revelar a enorme distância que separa a sua prosódia e o seu vocalismo daquelas formações linguísticas. Como já se apontou, o diagnóstico feito por Rousseau ante o que considera uma anomalia da expressão vocal leva-o a apontar especificamente a ausência do que ele chama de “acento oratório” e a presença do “acento gramatical” no francês (e nos demais idiomas modernos) como um fato crucial para se entender a

---

<sup>38</sup> Mantendo-se fiel às exigências da prosódia antiga, a composição em prosa por regras estritas extraídas da métrica poética das línguas clássicas sobreviveu sob o nome de “cursus rhythmicus” até o Renascimento. Um nome inspirador para essa prática, enquanto ela perdurou, foi exatamente Cícero. O que se procurava respeitar, com o “cursus”, era o acento, pois, como observou um historiador francês do século passado, “ele forma de algum modo a alma da palavra, bem como é a alma da voz” (E. VACANDARD, 1905, p. 67).

redução de sua capacidade de exteriorizar da melhor maneira a musicalidade dos sons vocais (*Essai*, p. 81-82). O comprometimento da sonoridade ilustra o destino reservado às línguas letradas, às quais não resta outra alternativa que trocar a força expressiva pela clareza e submeter-se ao domínio crescente da gramática e da lógica. O resultado é uma “língua fria e monótona” restrita a normas e convenções.

Além de dar mostras de conhecer os pormenores essenciais da fonética histórica das línguas modernas, Rousseau revela também compreender a magnitude do problema da mudança linguística e das suas consequências na formação dos exemplares linguísticos, sejam eles originários ou derivados. Contudo, ao tratar da transformação a que estão sujeitas as línguas, ele evita adotar uma perspectiva descritivista, à maneira do que faz amiúde a ciência linguística moderna, que costuma enxergar na deriva das línguas um efeito de transformações que afetam as suas estruturas, sujeitando-as a uma dinâmica histórica incansável. Ele descobre em tal mecânica, ao contrário, a ação dum espírito decadente, insistente em desenhar o traçado que leva do melhor ao pior. Por esta razão, se as línguas mudam, como revela a sua história, tanto pior para elas. Tem-se aqui o mesmo filósofo das origens, nostálgico dos idos da primeira língua humana (da qual, no entanto, se acerca por mera conjectura), a emitir um juízo porventura hostil às “auctoritates” que dominam a organização linguístico-institucional das comunidades de fala dispersas pelo mundo civilizado. O erro por elas cometido, repita-se, é justamente o de procurar ordenar a língua conformando-a a regras que contrariam a elocução espontânea e expressiva do primeiro linguajar. O seu erro se deve, portanto, em última instância, à negação da liberdade no uso da linguagem.

Isto posto, as ponderações do filósofo, obviamente, transcendem os limites da linguística histórica científica, já que têm em vista reabilitar hipoteticamente a “voz” da natureza que supostamente ainda se fazia ouvir nas línguas antigas e que já não mais ecoa nas modernas. Segundo esse modo de ver, aperfeiçoamentos gramaticais, gráficos, prosódicos, por seu caráter sistematizante, acabaram por sufocar a voz interior que anseia por se exteriorizar livremente. Diante dessa situação, não há nada a esperar senão a palavra fria do homem civilizado, sinônimo de palavra vã e de discursos inexpressivos destinados a emudecer a verdadeira voz do espírito.

## Referências

AARSLEFF, H. *From Locke to Saussure Essays on the Study of Language and Intellectual History*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1982.

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*, suivie du “Commentaire” de M. Duclos. Paris: Bossange et Masson, 1810.
- CÍCERO. *De Oratore*. In: *Opere Retoriche*, I. Turim: UTET, 1970
- CLAPARÈDE, E. “Rousseau et l’origine du langage”. In: *Annales de la Société Jean-Jacques Rousseau*, 25, 1935, p. 95-119.
- CLARK, M. E. “Neoanalysis: A bibliographical review”. In: *The Classical World*, 79, 6, 1986, p. 379-394.
- CONDILLAC, E. B. de. *Cours d’Étude pour l’Instruction du Prince de Parme*. Parma: Imprimerie Royale, 1775.
- \_\_\_\_\_. de. *Oeuvres Philosophiques de Condillac*. Paris: PUF, 1947-1951.
- DERATHÉ, R. *Le Rationalisme de Jean-Jacques Rousseau*. Paris: PUF, 1948.
- DIÓGENES LAÉRCIO. *Vite e Dotrine dei più Celebri Filosofi*. Milão: Bompiani, 2006.
- D’OLIVET, L’Abbé. *Remarques sur la Langue Française*. Paris: Barbou, 1767.
- DUCHET, M. *Anthropologie et Histoire au Siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995 (1971).
- \_\_\_\_\_.; LAUNAY, M. “Synchronie et Diachronie: l’Essai sur l’Origine des Langues et le second Discours”. In: *Revue Internationale de Philosophie*, 21, 82, 1967, p. 421-442
- EPICURO. *Opere*, trad. de G. Arrighetti. Turim: Einaudi Editore, 1960.
- FOLEY, J. M. “Oral tradition and its implications”. In: MORRIS, I.; POWELL, B., eds. *A New Companion to Homer*. Leiden: Brill 1997, p. 146-173.
- FOUQUET, P. “J.-J. Rousseau et la grammaire philosophique”. In: AA. VV. *Mélanges de Philologie Offerts à Ferdinand Brunot*. Paris: Société Nouvelle de Librairie et d’Édition, 1904, p. 115-136.
- FOWLER, R. “The Homeric question”. In: FOWLER, R. (ed). *The Cambridge Companion to Homer*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 220-232.
- FRASER, P. M. *Ptolemaic Alexandria*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- GOLDSCHMIDT, V. *Anthropologie et Politique les Principes du Système de Rousseau*. Paris: J. Vrin, 1983
- GOUHIER, H. “La ‘perfectibilité’ selon J.-J. Rousseau”. In: *Revue de Théologie et de Philosophie*, 110, 1978, p. 321-339.
- \_\_\_\_\_. *Les Méditations Métaphysiques de Jean-Jacques Rousseau*. Paris: J. Vrin, 1984.
- GRANGE, H. “L’Essai sur l’Origine des Langues dans ses rapports avec le Discours sur l’Origine de l’Inégalité parmi les Hommes”. In: *Annales Historiques de la Révolution Française*, 39, 189, 1967, p. 291-307.
- HARNOIS, G. *Les Théories du Langage en France de 1660 à 1821*. Paris: Les Belles Lettres, 1948.

- HAVELOCK, E. A. *The Muse Learns to Write, Reflections on Orality and Literacy from Antiquity to the Present*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- HOBBS, T. *Leviathan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. "Sprache der Nähe – Sprache der Distanz Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte". In: *Romanistisches Jahrbuch*, 36, 1985, p. 15-43.
- LAMY, B. *La Rhétorique ou L'Art de Parler*. Amsterdam: Beursstraat, 1712.
- LATACZ, J. "Formularity and Orality". In: BIERL, A.; LATACZ, A., eds. *Homer's Iliad The Basel Commentary*, trad. de B. W. Millis e S. Strack. Berlin: De Gruyter, p. 39-64.
- LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 1999.
- LOVEJOY, A. O. "The supposed primitivism of Rousseau's 'Discourse on Inequality'". In: *Modern Philology*, 21, 2, 1923, p. 165-186.
- MORRIS, I.; POWELL, B. *A New Companion to Homer*. Leiden: Brill, 1997.
- NANNINI, S. *Omero: L'Autore Necessario*. Nápoles: Liguori Editore, 2010.
- ONG, W. J. *Orality and Literacy The Technologizing of the Word*. Londres: Routledge, 2002.
- PARRY, M. *The Making of Homeric Verse The Collected Papers of Milman Parry*, ed. por A. Parry. Oxford: Clarendon Press, 1971.
- PFEIFFER, R. *History of Classical Scholarship From the Beginnings to the End of the Hellenistic Age*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- RICKEN, U. "La liaison des idées selon Condillac et la clarté du Français". In: *Dix-Huitième Siècle*, 1969, p. 179-193.
- \_\_\_\_\_. *Linguistics, Anthropology and Philosophy in the French Enlightenment*, trad. de R. E. Norton. Londres: Routledge, 1994 (1984).
- ROUSSEAU, J.-J. *J. Jacques Rousseau, Citoyen de Genève, à Christophe de Beaumont*. Amsterdam: Marc-Michel Rey, 1766.
- \_\_\_\_\_. *Discours sur les Sciences et les Arts*. In: *Oeuvres Complètes*, I. Paris: Hachette, 1865.
- \_\_\_\_\_. *Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité Parmi les Hommes*. In: *Oeuvres Complètes*, vol. 3. Paris: Gallimard, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique*. In: *Oeuvres Complètes*, vol. 3. Paris: Gallimard, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Essai sur l'Origine des Langues*. Éd. Crit. de C. Porset. Bordeaux: Guy Drucos Éd., 1970.
- \_\_\_\_\_. *Écrits sur la Musique, la Langue et le Théâtre*. In: *Oeuvres Complètes*, vol. 5. Paris: Gallimard, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Essai sur l'Origine des Langues, Fac-Similé du Manuscrit de Neuchâtel*. Introd. de J. Starobinski. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1997.

- SEILLIÈRE, E. *L'Impérialisme Démocratique*. Paris: Librairie Plon, 1907.
- SILK, M. S. *The Iliad*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 (1987).
- STAROBINSKI, J. “Rousseau et l’origine des langues”. In: STAROBINSKI, J. *Rousseau: la Transparence et l’Obstacle*. Paris: Gallimard, 1971, p. 356-379.
- \_\_\_\_\_. “Introdução a *Rousseau et l’origine des langues*”. In: *Oeuvres Complètes*, vol. 5. Paris: Gallimard, 1995, p. CLXV-CCIV.
- TURNER, F. “The Homeric question”. In: MORRIS, I.; POWELL, B. *A New Companion to Homer*. Leiden: Brill 1997, p. 123-145.
- VACANDARD, E. “Le cursus son origine, son histoire, son employ dans la liturgie”. In: *Revue des Questions Historiques*, 34, 1905, p. 59-102.
- VICO, G. *Principi di Scienza Nuova*. In: *Opere Filosofiche*. Florença: Sansoni Editore, 1971.
- WOKLER, R. “Perfectible apes in decadent cultures: Rousseau’s anthropology revisited”. In: *Daedalus*, 107, 3, 1978, p. 107-134.

Email: lal@usp.br

Recebido: 09/2022

Aprovado: 12/2023